



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº, DE 2023.
(Da Sra. Caroline De Toni)

Susta o Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, que Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica sustado, nos termos dos incisos V, X, XI do art. 49 da Constituição Federal, o art. 39 do Decreto nº 11.615 de 21 de julho de 2023.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



Câmara dos Deputados - Anexo III - Gabinete 772 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5772 - dep.carolinedetoni@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239058617800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Caroline de Toni





JUSTIFICAÇÃO

O atual governo – em nome de uma pauta ideológica – tem pervertido por completo a legislação nacional sobre armas. Desde janeiro do corrente ano, o Executivo, de forma reiterada, vem editando normativas que ignoram a existência de um legislativo, cuja competência é inovar no ordenamento.

Os decretos regulamentares, conforme preceitua o art. 84, IV da Constituição existem tão somente para dar concretude as leis. Isso significa que essas normativas se limitam ao perímetro desenhado pela própria lei ordinária.

O Decreto nº 11.615/2023, objeto desse PDL, deturpou completamente a Lei nº 10.826/2003. Em vez de garantir o cumprimento da lei, viabilizando o exercício dos direitos lá fixados, o decreto inova a norma em diversos pontos, com destaque para o art. 39, que estabelece regras completamente distantes das balizas legais.

O referido dispositivo trata da caça excepcional com finalidade de controle de fauna invasora. Ora, o decreto criou uma modalidade que não possui correspondência na referida lei e, pior, estabelece regras que limitam o exercício de defesa de milhares de agricultores.

O decreto usa termos bastante genéricos, como por exemplo “abate imprescindível”. **Ora, é certo que as famílias que necessitam proteger suas lavouras ficam totalmente reféns de um juízo de valor que não incabível e arbitrário para situações de imediata ação.**

Especialistas no assunto, apontam que a impossibilidade de se utilizar armamento destinado à caça para a dita “caça excepcional”, culminará em uma redução de aproximadamente 80% dos armamentos que, até então eram





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Apresentação: 14/09/2023 16:57:58.203 - MESA

PDL n.324/2023

usados para controle de animais.¹ Isso, porque o decreto estabelece um tipo diferenciado de armas nesse caso específico.

Fato que ilustra bem essa afirmação, é a invasão de javalis nas lavouras nacionais. É unânime entre ambientalistas que a espécie precisa de especial atenção, dada suas características predatórias - atreladas a ausência de um predador natural. Senão, vejamos o que o documento editado pelo IBAMA, discorre sobre esse animal:

O javali (*Sus scrofa*) é uma espécie nativa da Europa, Ásia e norte da África e é classificado como uma das cem piores espécies exóticas invasoras do mundo pela União Internacional de Conservação da Natureza. Foi introduzida no Brasil a partir da década de 1960, principalmente para o consumo de carne na Região Sul do País. **Sua agressividade e facilidade de adaptação são características que, associadas à reprodução descontrolada e à ausência de predadores naturais, resultam em uma série de impactos ambientais e socioeconômicos.**² (Grifo nosso)

Assim, para além das dificuldades naturalmente enfrentadas por produtores nacionais - dada a periculosidade dos javalis -, o decreto, em vez de contribuir para minimização do problema, provocou o efeito inverso – isto é, inviabilizou o combate da praga.

Cumpramos destacar que, antes mesmo da edição deste decreto, esses animais já causavam bastante estrago. Em Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, em 2011, registrou-se um prejuízo de 13.356 sacas de milho. Já no Mato Grosso, 3% da safra de milho foi perdida em razão da infestação de javalis. Traduzindo em pecúnia, o prejuízo superou os 20 milhões de reais.³

¹ <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/controle-de-javalis-e-afetado-pelo-decreto-de-armas-e-pode-causar-prejuizos-financeiros-e-ambientais/>

² chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/biodiversidade/especies-exoticas-invasoras/arquivos/javali/2020/2020-01-08-Relatorio_Versao_A4_para_web_completo_versao_3_23_12_2019.pdf

³ <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/controle-de-javalis-e-afetado-pelo-decreto-de-armas-e-pode-causar-prejuizos-financeiros-e-ambientais/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Vale destacar ainda outro trecho do manual do IBAMA:

Além disso, os javalis são considerados pragas agrícolas, em muitos países, devido ao consumo de plantas cultivadas e ao seu hábito alimentar que pode danificar seriamente as plantações (CHAUHAN et al., 2009), causando efeitos econômicos negativos (GENOV, 1981, CALEY, 1993, SCHLEY; ROPER, 2003, apud BARRIOS-GARCIA; BALLARI, 2012). Pag. 9 **(Grifo nosso)**

No sul do país, mais especificamente no Estado de Santa Catarina, aproximadamente 50.000 javalis foram abatidos na janela que compreende junho de 2022 a junho de 2023, conforme nota divulgada pela Secretaria de Agricultura do Estado.

A situação é tão caótica, que alguns produtores do estado estão substituindo o milho pela soja, já que os javalis ingerem não apenas a espiga formada, mas também o adubo e a semente. Isto é, o javali interfere em toda cadeia do plantio. Assim, se o animal já era uma preocupação relevante antes mesmo dessa medida, o que podem esperar os agricultores que, diante dessa normativa, estão completamente suscetíveis aos ataques dos javalis?

Há ainda que se considerar as doenças que o animal pode transmitir ao ser humano, como febre maculosa, leptospirose, raiva, febre hemorrágica, febre aftosa dentre outros.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)⁴ estima que problemas sanitários em razão de febre aftosa ou peste suína clássica, poderia causar um prejuízo de R\$ 3 a 50 bilhões.

Assim, urge a necessidade de revisar ao menos esse ponto do decreto, sob pena de colocarmos em risco a saúde das pessoas, bem como e o cultivo de diversos tipos de lavouras no Brasil, como milho e soja.

⁴ <https://www.canalrural.com.br/noticias/pecuaria/javali-problema-sanitario-poderia-causar-prejuizo-de-r-50-bilhoes/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Sala das sessões, ____/____/____

Deputada Caroline de Toni

Partido Liberal/SC

Apresentação: 14/09/2023 16:57:58.203 - MESA

PDL n.324/2023



Câmara dos Deputados - Anexo III - Gabinete 772 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5772 - dep.carolinedetoni@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239058617800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Caroline de Toni